

Câmara Municipal de Cotia/SP

**Concurso Público
Edital 01/2024**



**Assistente de Licitações, Compras e
Contratos**

TARDE

PROVA TIPO 1 - BRANCA

CARGO: ASSISTENTE DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **09**.

Ele quem mesmo?

Depois de um bom tempo dizendo que eu era a mulher da vida dele, um belo dia eu recebo um *e-mail* dizendo: “olha, não dá mais”. Tá certo que a gente tava quase se matando e que o namoro já tinha acabado mesmo, mas não se termina nenhuma história de amor (e eu ainda o amava muito) com um *e-mail*, não é mesmo? Liguei pra tentar conversar e terminar tudo decentemente e ele respondeu: “mas agora eu tô comendo um lanche com amigos”. Enfim, fiquei pra morrer algumas semanas até que decidi que precisava ser uma mulher melhor para ele. Quem sabe eu ficando mais bonita, mais equilibrada ou mais inteligente, ele não volta pra mim?

Foi assim que me matriculei simultaneamente numa academia de ginástica, num centro budista e em um curso de cinema. Nos meses que se seguiram eu me tornei dos seres mais malhados, calmos, espiritualizados e cinéfilos do planeta. E sabe o que aconteceu? Nada, absolutamente nada, ele continuou não lembrando que eu existia. Aí achei que isso não podia ficar assim, de jeito nenhum, eu precisava ser ainda melhor pra ele. Sim, ele tinha que voltar pra mim de qualquer jeito!

Pra isso, larguei de vez a propaganda, que eu não suportava mais, e resolvi me empenhar na carreira de escritora. Participei de vários livros, terminei meu próprio livro, ganhei novas colunas em revistas, quintupliquei o número de leitores do meu *site* e nada aconteceu. Mas eu sou taurina com ascendente em áries, lua em gêmeos, filha única! Eu não desisto fácil assim de um amor, e então resolvi tinha que ser uma super ultra mulher para ele, só assim ele voltaria pra mim.

Foi então que passei 35 dias na Europa, exclusivamente em minha companhia, conhecendo lugares geniais, controlando meu pânico em estar sozinha e longe de casa, me tornando mais culta e vivida. Voltei de viagem e tchân, tchân, tchân, tchân: nem sinal de vida.

Comecei um documentário com um grande amigo, aprendi a fazer *strip*, cortei meu cabelo 145 vezes, aumentei a terapia, li mais uns 30 livros, ajudei os pobres, rezei pra Santo Antonio umas 1.000 vezes, torrei no sol, fiz milhares de cursos de roteiro, astrologia e história, aprendi a nadar, me apaixonei por praia, comprei todas as roupas mais lindas de Paris. Como última cartada para ser a melhor mulher do planeta, eu resolvi ir morar sozinha. Aluguei um apartamento charmoso, decorei tudo brilhantemente, chamei amigos para a inauguração, servi bom vinho e comidinhas feitas, claro, por mim, que também finalmente aprendi a cozinhar. Resultado disso tudo: silêncio absoluto.

O tempo passou, eu continuei acordando e indo dormir todos os dias querendo ser mais feliz para ele, mais bonita para ele, mais mulher para ele.

Até que algo sensacional aconteceu...

Um belo dia eu acordei tão bonita, tão feliz, tão realizada, tão mulher, que eu acabei me tornando mulher demais para ele. Ele quem mesmo?

(MEDEIROS, Martha. *Recanto das Letras*. Em: março de 2011.)

Questão 01

Em qual das citações está manifestada uma opinião da articulista do texto?

- A) “Liguei pra tentar conversar e terminar tudo decentemente [...]” (1º§)
- B) “Mas eu sou taurina com ascendente em áries, lua em gêmeos, filha única!” (3º§)
- C) “Foi então que passei 35 dias na Europa, exclusivamente em minha companhia, [...]” (4º§)
- D) “[...] mas não se termina nenhuma história de amor (e eu ainda o amava muito) com um *e-mail*, não é mesmo?” (1º§)
- E) “Foi assim que me matriculei simultaneamente numa academia de ginástica, num centro budista e em um curso de cinema.” (2º§)

Questão 02

Em relação ao título do texto, é possível inferir que:

- A) Abrange a ideia principal da crônica, salvo a sua leitura global.
- B) Enfatiza uma dúvida e o caráter humano discutido pela autora.
- C) Expressa uma ação no tempo em relação às memórias da autora.
- D) Evidencia um sentido incerto a respeito da nova mulher que a autora se tornaria.
- E) Traz um questionamento que é desfeito à medida em que a leitura completa da crônica é realizada.

Questão 03

O conectivo “mas” no 3º§ do texto introduz, em referência ao último período do parágrafo anterior, uma relação de:

- A) Escolha.
- B) Oposição.
- C) Conclusão.
- D) Consequência.
- E) Acrescentamento.

Questão 04

Considerando o contexto em que as palavras destacadas estão inseridas, a expressão indicada que NÃO mantém o mesmo sentido é:

- A) “Até que algo sensacional aconteceu...” (7º§) – extraordinário.
- B) “Nada, absolutamente nada, ele continuou não lembrando que eu existia.” (2º§) – definitivamente.
- C) “Nos meses que se seguiram eu me tornei dos seres mais malhados, calmos, espiritualizados e cinéfilos do planeta.” (2º§) – exultantes.
- D) “Pra isso, larguei de vez a propaganda, que eu não suportava mais, e resolvi me empenhar na carreira de escritora.” (3º§) – dedicar-se.
- E) “Foi assim que me matriculei simultaneamente numa academia de ginástica, num centro budista e em um curso de cinema.” (2º§) – ao mesmo tempo.

Questão 05

A ideia principal do texto é:

- A) Estabelecer limites para construir a autoestima.
- B) Expor o que as mulheres apaixonadas fazem na vida.
- C) Explicar o que seja “amor” na sociedade contemporânea.
- D) Entender que o amor-próprio é uma jornada, não um destino.
- E) Esclarecer que “viver” e “amar” estão intimamente relacionados.

Questão 06

As considerações presentes no 1º§ do texto demonstram:

- A) Ansiedade exagerada sobre o que será vivido no futuro.
- B) A inquietação diante de escolhas erradas cometidas na vida amorosa.
- C) Uma sugestão sobre o bem-viver após o término de um relacionamento.
- D) Ponderações sobre fatos cotidianos supostamente casuais, mas com um significado revoltante.
- E) Dúvida sobre uma ação de pouca importância, mas capaz de produzir uma diferença na vida de alguém.

Questão 07

“[...] só assim ele voltaria pra mim.” (3º§) O futuro do pretérito, nesse contexto, especifica:

- A) Amabilidade para fatos presentes e reais.
- B) Indefinição de fatos já ocorridos e acabados.
- C) Uma condição presente sobre certa hipótese.
- D) Um fato observado a partir de um tom irônico.
- E) Um acontecimento futuro dependente de certa circunstância.

Questão 08

“Foi assim que me matriculei simultaneamente numa academia de ginástica, num centro budista e em um curso de cinema.” (2º§) A expressão sublinhada é formada por derivação:

- A) Sufixal.
- B) Prefixal.
- C) Imprópria.
- D) Regressiva.
- E) Parassintética.

Questão 09

“Pra isso, larguei de vez a propaganda, que eu não suportava mais, e resolvi me empenhar na carreira de escritora.” (3º§) É possível afirmar que o excerto evidencia:

- A) Sentido pejorativo.
- B) Informação contraditória.
- C) Uma referência erudita da língua.
- D) Falha no uso das regras gramaticais.
- E) Um exemplo de linguagem coloquial.

Questão 10

A redação oficial trata da maneira pela qual o poder público redige atos normativos e comunicações oficiais. São consideradas características da redação oficial, EXCETO:

- A) A exigência que o usuário contemple o critério da uniformidade de sentido.
- B) A preferência pela impessoalização de textos formais (técnicos, empresariais, oficiais).
- C) A padronização da escrita oficial que se constitui também através de certa formalidade de tratamento.
- D) O uso da linguagem formal no âmbito do serviço público, sendo uma exigência que advém da finalidade dos textos oficiais.
- E) Não necessariamente seguir as regras gramaticais da norma-padrão da linguagem, mas uma norma própria, caracterizada pelos conhecidos vícios de linguagem.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Uma sequência numérica é formada pelos seguintes números:

1, 10, 35, 84...

Qual será o quinto número dessa sequência?

- A) 119.
- B) 126.
- C) 144.
- D) 152.
- E) 165.

Questão 12

Considere a seguinte sequência de palavras:

ALIEN, LENTE, COIFA, ..., MATOU.

A palavra que completa a série é:

- A) TACOS.
- B) ELEITO.
- C) NACHOS.
- D) JOGADOR.
- E) AMULETOS.

Questão 13

Uma fábrica de parafusos possui 3 máquinas trabalhando juntas e com eficiência constante que conseguem produzir 500 peças em 4 horas. Se forem utilizadas 5 máquinas, com a mesma eficiência, quantas peças essas 5 máquinas produzirão em 6 horas de trabalho?

- A) 750.
- B) 875.
- C) 1.000.
- D) 1.125.
- E) 1.250.

Questão 14

Em determinado evento de *marketing* digital, o palestrante faz uma dinâmica sobre o efeito que sua propaganda faz sobre os usuários das redes sociais; para isso ele usa uma caixa com bolas coloridas. Na caixa há 5 bolas vermelhas, 3 bolas azuis e 2 bolas verdes. Ele vai até a plateia e pede que um participante faça o sorteio de 3 bolas. 3 bolas são retiradas simultaneamente e sem reposição. Qual a probabilidade de que as 3 bolas retiradas sejam de cores diferentes?

- A) 11,25%.
- B) 17,5%.
- C) 25%.
- D) 37,5%.
- E) 50,0%.

Questão 15

Uma progressão aritmética é dada por (3, 11, 19, ...). Assinale, a seguir, o valor da soma dos 12 primeiros termos dessa progressão:

- A) 516.
- B) 544.
- C) 564.
- D) 588.
- E) 598.

Questão 16

Uma empresa de desenvolvimento de dispositivos móveis está recrutando jovens para fazer parte do programa de estágio remunerado. Há vagas em três setores da empresa – “qualidade”, “relacionamento” e “programação”; após realizarem o processo seletivo, foram obtidas as seguintes informações:

- I. Nenhum candidato tem perfil para três vagas ao mesmo tempo.
- II. Dadas duas quaisquer dessas vagas, há exatamente dois candidatos que atendem ao mesmo tempo ao perfil das duas.
- III. Cada uma dessas três vagas possui exatamente sete candidatos.

O número total de candidatos que concorreram ao processo seletivo independentemente da vaga foi de:

- A) 13.
- B) 14.
- C) 15.
- D) 17.
- E) 19.

Questão 17

A equipe de funcionários responsáveis pela inspeção de qualidade de embalagens plásticas para produtos lácteos deve conferir 60 moldes novos a serem produzidos. Tal tarefa é dividida igualmente entre todos da equipe do setor de qualidade. Entretanto, um funcionário adoeceu e apresentou atestado médico, assim cada um dos funcionários em trabalho teve que conferir 3 moldes a mais do que o previsto inicialmente. Nessas condições, é correto concluir que o número de moldes que cada funcionário conferiu foi:

- A) 12.
- B) 15.
- C) 16.
- D) 18.
- E) 20.

Questão 18

Para iniciar o contexto da aula de matemática sobre funções matemáticas, a professora usou sua própria realidade: “tenho dois filhos cujas idades têm 2 anos de diferença. Hoje, minha idade é o dobro da soma das idades dos meus filhos e daqui a 20 anos a minha idade será igual à soma das idades dos meus filhos”. Qual a idade da professora atualmente?

- A) 36.
- B) 38.
- C) 40.
- D) 44.
- E) 46.

Questão 19

Uma atividade interdisciplinar entre as disciplinas de artes e matemática está sendo desenvolvida na escola “Saber e Arte”; para isso, o professor de artes propõe aos alunos uma atividade de pintura em tela com formas geométricas. As formas devem ser desenhadas de modo a atender ao problema matemático elaborado pelo professor de matemática. Os alunos deveriam desenhar o triângulo que corresponde ao seguinte problema: em um triângulo retângulo, β (beta) é um ângulo agudo interno cujo seno é igual a $4/5$; logo, a tangente de β é igual a:

- A) $\frac{4}{3}$.
- B) $\frac{\sqrt{5}}{3}$.
- C) $\frac{4}{5}$.
- D) $\frac{1}{2}$.
- E) $\frac{\sqrt{3}}{4}$.

Questão 20

Considere o seguinte sistema linear:

$$\begin{cases} x + y + z = 6 \\ 2x - y + z = 3 \\ x + y - kz = -3 \end{cases}$$

Qual o valor de k , para que o sistema seja possível e determinado?

- A) $k \neq 0$
- B) $k = -1$
- C) $k \neq -2$
- D) $k \neq -1$
- E) $k = -2$

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 21

A Prefeitura de Cotia aprovou um novo regulamento referente à utilização dos espaços públicos municipais, que impacta diretamente comerciantes e cidadãos. Entretanto, o regulamento ainda não foi divulgado à população. O responsável pelo setor jurídico da Prefeitura questiona qual é o procedimento adequado para a publicação desse ato normativo, considerando que Cotia não possui uma imprensa oficial. Com base na Lei Orgânica de Cotia, assinale a afirmativa correta quanto à forma de publicação desse ato municipal para garantir sua validade.

- A) Pode ser resumida na imprensa local, uma vez que não possui efeitos externos imediatos.
- B) Pode ser realizada apenas por afixação na sede da Câmara Municipal, pois esse é o método mais simples e econômico.
- C) Deve ser feita por licitação, escolhendo-se o órgão de imprensa local ou regional que ofereça o menor preço, independentemente de outros critérios.
- D) Pode ser realizada internamente pela Prefeitura e enviada apenas aos comerciantes diretamente afetados pelo regulamento, pois é um ato normativo de interesse restrito.
- E) Pode ser realizada em um órgão de imprensa local ou regional, desde que escolhido por licitação, considerando fatores como preço, frequência, horário, tiragem e distribuição.

Questão 22

Maria, servidora pública efetiva no Município de Cotia, ocupa o cargo de assistente administrativa na Prefeitura e foi convidada para assumir um cargo de professora em uma escola pública municipal. Considerando a Lei Municipal nº 628/1980 e o ordenamento jurídico vigente sobre as regras de acumulação de cargos, Maria poderá acumular os dois cargos públicos?

- A) Sim, desde que haja compatibilidade de horários e os cargos sejam acumuláveis.
- B) Sim, desde que o cargo de professora seja exercido em regime de dedicação exclusiva.
- C) Não, a acumulação de cargos públicos é proibida, sendo excepcionalmente permitida apenas para área de saúde.
- D) A acumulação, em regra, é vedada pela Constituição Federal, sendo possível, entretanto, no âmbito da saúde, apenas para os cargos de médico.
- E) Não é possível a acumulação de outro cargo remunerado de professor, mesmo com compatibilidade de horários, já que o único cargo que seria passível de acumular, no caso apresentado, é o de professor.

Questão 23

A Prefeitura de Cotia realizou obras públicas em uma avenida central, o que resultou na valorização de imóveis comerciais e residenciais nas proximidades. Após a finalização das obras, a Prefeitura pretende cobrar dos proprietários desses imóveis uma contribuição de melhoria. Um comerciante local questiona se essa cobrança é permitida pela Lei Orgânica do Município e quais critérios devem ser observados. Com base na Lei Orgânica de Cotia, sobre a contribuição de melhoria, assinale a afirmativa correta.

- A) A cobrança da contribuição de melhoria é proibida para imóveis comerciais, sendo permitida somente para imóveis residenciais.
- B) A contribuição de melhoria pode ser cobrada apenas após a aprovação unânime dos proprietários dos imóveis beneficiados pela obra pública.
- C) A contribuição de melhoria incide exclusivamente sobre imóveis de alto padrão, independentemente de qualquer valorização decorrente de obras públicas.
- D) A contribuição de melhoria pode ser cobrada em razão de obras públicas que valorizem os imóveis, sendo o valor da contribuição limitado ao custo total da obra.
- E) A contribuição de melhoria pode ser cobrada dos proprietários de imóveis apenas se as obras públicas forem destinadas à melhoria de serviços de saneamento básico.

Questão 24

A Câmara Municipal de Cotia aprovou uma nova legislação que estabelece a cobrança de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para uma empresa de tecnologia que presta serviços de manutenção de *software*. No entanto, a empresa questiona a legalidade da cobrança, alegando que seus serviços são de competência estadual. A Prefeitura, por sua vez, alega que a empresa está sujeita à tributação municipal, conforme a Lei Orgânica do Município. Com base na Lei Orgânica de Cotia, qual das alternativas descreve corretamente a competência do Município para a cobrança do ISSQN?

- A) É de competência exclusiva do Estado e o Município de Cotia não pode cobrar tal imposto.
- B) O Município de Cotia só pode cobrar de empresas que prestem serviços exclusivamente no território municipal.
- C) O Município de Cotia pode cobrar de empresas que prestem qualquer serviço, inclusive os que são de competência estadual.
- D) O Município de Cotia pode cobrar apenas de empresas que tenham sede no território municipal, independentemente do local onde os serviços sejam prestados.
- E) É de competência do Município desde que os serviços prestados não sejam de competência estadual, compreendidos no Art. 155, inciso I, alínea “b” da Constituição da República, em lei complementar.

Questão 25

Determinado contribuinte da cidade de Cotia realizou a venda de um imóvel comercial localizado no centro do município. Após a transação, ele foi notificado pela Prefeitura para o pagamento do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). No entanto, o contribuinte alega que a operação deveria ser isenta do imposto, uma vez que o imóvel foi incorporado ao capital social de uma nova empresa que ele fundou. Com base na Lei Orgânica de Cotia, qual das alternativas descreve corretamente a incidência ou isenção do ITBI nessa operação?

- A) Incide sempre que há transmissão de imóvel, independentemente do destino ou finalidade da transação.
- B) Não incide quando o imóvel é transmitido para uma pessoa jurídica, independentemente da atividade preponderante da empresa.
- C) É isento sempre que o imóvel for transmitido no âmbito de uma pessoa física para uma pessoa jurídica, sem restrições de atividade.
- D) Incide apenas quando o imóvel é transmitido entre pessoas jurídicas, não sendo aplicável em transações que envolvem pessoas físicas.
- E) É isento quando o imóvel é transmitido para incorporação ao capital social de uma pessoa jurídica, salvo se a atividade principal da empresa for a compra e venda de imóveis ou locação de bens.

Questão 26

Em um cenário hipotético, o Prefeito de Cotia enviou à Câmara Municipal o projeto de Lei do Orçamento Anual, que foi amplamente discutido. Durante o processo de análise pela Comissão de Finanças e Orçamento, foram propostas várias emendas, algumas das quais previam a anulação de despesas de pessoal e encargos para financiar novos projetos. No entanto, essas emendas foram rejeitadas pela Câmara. O Prefeito, então, questiona a legalidade dessa rejeição. Com base no disposto na Lei Orgânica do Município de Cotia, assinale a afirmativa que descreve corretamente o procedimento legal para emendas ao projeto de lei orçamentária.

- A) São aprovadas livremente pela Câmara Municipal, desde que indiquem a fonte de recursos, incluindo a anulação de despesas de pessoal e encargos.
- B) Podem anular despesas de pessoal e encargos para viabilizar novos investimentos, desde que recebam aprovação da maioria simples dos Vereadores.
- C) As envolvam a anulação de despesas de pessoal e encargos só podem ser aprovadas se houver prévia autorização do Tribunal de Contas do Município.
- D) Podem prever a anulação de qualquer despesa, incluindo despesas de pessoal e encargos, desde que sejam aprovadas pela maioria absoluta da Câmara.
- E) Devem ser compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, e não podem prever a anulação de despesas de pessoal e encargos ou de serviços da dívida.

Questão 27

A Câmara Municipal de Cotia está debatendo um projeto que afeta diretamente a construção de um novo hospital municipal. Um grupo de cidadãos, insatisfeito com o projeto, decide buscar alternativas para expressar suas opiniões e influenciar o processo legislativo. Esse grupo, composto por mais de 2% dos eleitores inscritos no município, organiza-se para utilizar as ferramentas de participação popular previstas na Lei Orgânica do Município. Além disso, uma entidade civil, legalmente constituída no Município há mais de um ano, também está preocupada com a falta de audiências públicas sobre o tema. Com base nos dispositivos da Lei Orgânica do Município de Cotia que regulamentam o plebiscito, na iniciativa popular no processo legislativo e na realização de audiências públicas, qual das seguintes afirmativas descreve corretamente as ações que o grupo de cidadãos e a entidade civil podem adotar para influenciar o processo legislativo e a decisão sobre o novo hospital?

- A) A entidade civil pode convocar diretamente uma audiência pública sem a necessidade de aprovação da Administração, e o grupo de cidadãos pode organizar um plebiscito com a aprovação de 1/3 dos Vereadores da Câmara Municipal.
- B) O grupo de cidadãos pode exigir a tramitação imediata do projeto de lei de iniciativa popular sem a necessidade de seguir o prazo de quarenta e cinco dias, e a entidade civil pode solicitar audiências públicas ilimitadas ao Prefeito sobre o tema do hospital.
- C) O grupo de cidadãos pode requerer diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral a organização de um plebiscito sobre a construção do hospital, sem necessidade de aprovação da Câmara Municipal, e a entidade civil pode realizar audiências públicas sobre o tema uma vez por semestre.
- D) O grupo de cidadãos pode apresentar um projeto de lei de iniciativa popular, com as formalidades exigidas, tais como a indicação do nome completo e do número, zona e seção do título eleitoral de todos os signatários, em listas organizadas pela respectiva entidade. Tal projeto tramitará no prazo de quarenta e cinco dias, em regime de prioridade.
- E) O grupo de cidadãos pode solicitar diretamente ao Prefeito a convocação de um referendo sobre o projeto do hospital, enquanto a entidade civil, representando pelo menos um por cento do eleitorado, pode apresentar um projeto de lei de iniciativa popular que será automaticamente aprovado se não houver objeções da Câmara Municipal dentro de trinta dias.

Questão 28

Durante uma reunião na Câmara Municipal de Cotia, um grupo de cidadãos organizados por uma entidade da sociedade civil, que já havia solicitado uma audiência pública sobre um projeto de reforma urbana, ficou insatisfeito com a falta de respostas por parte da Administração Municipal. Passados os quinze dias previstos na Lei Orgânica, não houve qualquer manifestação da Prefeitura. Diante dessa situação, os cidadãos pretendem exercer o direito de participar mais ativamente nas decisões do município e, inclusive, cogitam a utilização de outros mecanismos, como o plebiscito. Com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Cotia, o que os cidadãos e a entidade civil podem fazer para garantir sua participação no processo decisório e influenciar o andamento do projeto de reforma urbana?

- A) A entidade civil tem o direito de exigir nova audiência pública diretamente com o Prefeito, sem limites de pedidos por ano, conforme o Art. 39, §3º da Lei Orgânica.
- B) A entidade civil poderá protocolar um pedido de plebiscito diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral, e a Câmara Municipal terá a obrigação de aprová-lo no prazo de sessenta dias, conforme prevê o Art. 40 da Lei Orgânica.
- C) Se os 2/3 dos Vereadores da Câmara Municipal aprovarem, os cidadãos podem exigir a realização de um plebiscito sobre o projeto de reforma urbana, desde que o número de eleitores inscritos no município seja inferior a dez mil.
- D) O grupo de cidadãos pode se organizar para apresentar um projeto de lei de iniciativa popular sobre o tema, desde que representem dois por cento do eleitorado inscrito no município e cumpram as formalidades previstas no Art. 41 da Lei Orgânica.
- E) A entidade civil pode solicitar a criação de um conselho consultivo permanente junto à Câmara Municipal para fiscalizar o andamento do projeto de reforma urbana, com direito a voto nas deliberações legislativas relacionadas ao tema, desde que o pedido seja apoiado por no mínimo cinco por cento dos eleitores do município.

Questão 29

Pedro, servidor efetivo do município de Cotia, percebeu que a Câmara Municipal aprovou uma resolução transformando o cargo que ele ocupava de forma isolada em um cargo de carreira, com escalonamento de classes. Diante dessa mudança, Pedro questiona se a transformação de seu cargo, que pertence à Administração direta, poderia ter ocorrido por Resolução da Câmara ou se deveria seguir outro procedimento. Considerando a legislação vigente sobre cargos públicos no município de Cotia, qual é o procedimento correto para a criação, transformação ou extinção de cargos na Administração direta?

- A) A transformação de cargos na Administração direta deve ser feita, exclusivamente, por decreto do Prefeito, desde que haja consulta prévia ao Poder Legislativo.
- B) A transformação de cargos isolados em cargos de carreira depende de lei aprovada pelo Tribunal de Contas do Município, sendo uma prerrogativa técnica e orçamentária.
- C) A criação, transformação ou extinção de cargos na Administração direta depende de lei de iniciativa do Prefeito, não sendo possível realizá-las por resolução da Câmara Municipal.
- D) A transformação de cargos isolados em cargos de carreira pode ser feita por resolução da Câmara Municipal, desde que a proposta tenha sido aprovada pela maioria simples dos Vereadores.
- E) A transformação de cargos na Administração direta pode ocorrer por resolução da Câmara Municipal, desde que o Prefeito não manifeste objeção formal no prazo de trinta dias, conforme previsto no Regimento Interno da Câmara.

Questão 30

Maria, servidora comissionada da Administração direta do Município de Cotia, foi informada que seu cargo será extinto em uma reestruturação administrativa promovida pela Prefeitura. Alega, no entanto, que a extinção de seu cargo deveria ser submetida à aprovação da Câmara Municipal, e que a reestruturação não poderia ser feita sem essa deliberação. O Município afirma que o processo seguiu os trâmites legais. Com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Cotia, a extinção de cargos comissionados na Administração direta, autárquica e fundacional depende de qual procedimento?

- A) Lei de iniciativa do Prefeito, que deve ser aprovada pela Câmara Municipal.
- B) Resolução da Câmara Municipal, aprovada por maioria qualificada dos Vereadores.
- C) Consulta pública formalizada pelo Município, que deve ser aprovada em assembleia aberta à população.
- D) Pode ser feita diretamente pelo Prefeito, mediante decreto, sem necessidade de passar pela Câmara Municipal.
- E) Aprovação pelo Tribunal de Contas Municipal, que avalia a viabilidade orçamentária e a necessidade dos cargos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

O *webmail* é o mesmo serviço de troca de mensagens, mas sem a necessidade de instalação de um programa no seu computador. O uso desse tipo de *e-mail* se dá a partir de um *site*, acessado pela aba do navegador. Para uma analogia mais direta, imagine que o *webmail* é uma espécie de *e-mail*. O que o difere do serviço comum é que ele é mais facilmente acessado e necessita de menos recursos para funcionar. É comum que ambientes corporativos utilizem *e-mails* de forma convencional, com programas instalados, enquanto civis acessem suas correspondências eletrônicas através do próprio navegador.

(Disponível em: <https://www.penso.com.br/webmail/>. Acesso em: agosto de 2024.)

Sobre a forma convencional de acessar *e-mails* em ambientes corporativos através de programas instalados, marque V para os *softwares* que atendem a tal finalidade e F para os que não atendem.

- () LibreOffice Base.
- () Microsoft Outlook.
- () Microsoft Publisher.
- () Mozilla Thunderbird.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, F, F, F.
- C) F, V, F, V.
- D) F, V, V, V.
- E) F, F, F, F.

Questão 32

O *Microsoft Excel* é uma poderosa ferramenta de planilha que oferece uma ampla variedade de funções e fórmulas para realizar cálculos, análises e manipulações de dados. Algumas de suas principais fórmulas são: =SOMA, =MÉDIA, =CONT, =MÍNIMO, =MÁXIMO, =SE, =PROCV, =MÉDIA.SE, =SOMA.SE e =CONT.SE. De acordo com as fórmulas do *Microsoft Excel 2019* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), ao executar a fórmula “=CONT.SE(B1:B4;">=20)”, sobre a ação que a fórmula realizará no *Excel*, é correto afirmar que a fórmula

- A) contará no intervalo de B1:B4 quantos valores são iguais a 20.
- B) contará no intervalo de B1:B4 os valores maiores ou menores que 20.
- C) contará os valores no intervalo de B1:B4 que são menores ou iguais a 20.
- D) contará no intervalo de B1:B4 quantos valores são maiores ou iguais a 20.
- E) excluirá o intervalo de B1:B4 e contará quantos valores são maiores ou iguais a 20.

Questão 33

Por décadas, o *Internet Explorer* foi o navegador padrão dos Sistemas Operacionais *Windows*. Contudo, em 15 de junho de 2022, ele foi oficialmente desativado, e as novas versões do *Windows* não o incluem mais nativamente. Para garantir a compatibilidade com sites legados que dependem de funcionalidades específicas do *Internet Explorer*, o *Windows* disponibiliza o “Modo de Compatibilidade” integrado ao seu novo navegador nativo. Esse recurso permite que páginas desatualizadas funcionem corretamente sem a necessidade do *Internet Explorer*. Qual é o navegador que se tornou nativo nas novas versões do *Windows* após o *Internet Explorer* ter sido desativado?

- A) *Edge*.
- B) *Brave*.
- C) *Safira*.
- D) *Mozilla*.
- E) *Chrome*.

Questão 34

São circunstâncias que admitem a dispensa de processo licitatório, EXCETO:

- A) Aquisição ou locação de bem imóvel cujas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha.
- B) Contratações de serviços de manutenção de veículos automotores, desde que envolvam valores inferiores a R\$ 100.000,00.
- C) Aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
- D) Contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.
- E) Contratação de serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público, como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

Questão 35

Sobre garantias em processos licitatórios, assinale a afirmativa correta.

- A) A garantia de proposta não poderá ser superior a um por cento do valor efetivamente contratado.
- B) Garantia de proposta, como pré-requisito de habilitação, só poderá ser exigida no ato da assinatura do contrato.
- C) Uma vez efetuado o recolhimento do valor referente à garantia de proposta, essa não poderá mais ser devolvida.
- D) A garantia de proposta deverá ser devolvida aos licitantes no prazo de dez dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- E) Quando o vencedor de determinado certame se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública convocará o segundo colocado e devolverá o valor da garantia de proposta ao primeiro colocado desistente.

Questão 36

A Secretaria de Saúde de determinado município solicitou ao setor competente que verificasse e informasse, com a maior brevidade possível, qual a modalidade mais adequada e rápida que poderia ser adotada em um processo administrativo de compras para aquisições de medicamentos, esclarecendo não se tratar de situação que pudesse levar à dispensa do procedimento. Considerando a legislação vigente, a modalidade de certame que melhor atende ao anseio da Secretaria de Saúde é:

- A) Leilão.
- B) Pregão.
- C) Convite.
- D) Concurso.
- E) Concorrência.

Questão 37

Com a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133/2021, passaram a existir seis diferentes critérios de julgamento das propostas apresentadas em procedimentos licitatórios. Preocupado com a necessidade de levar ao conhecimento de todos os servidores as inovações da Lei, o presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) preparou um resumo e ia disponibilizá-lo aos servidores, quando detectou um equívoco em seu trabalho. Assinale, a seguir, o equívoco que impediu o presidente da CPL disponibilizar o resumo.

- A) O julgamento pelo critério de maior desconto terá como referência o preço global fixado em edital.
- B) O julgamento por menor preço considerará, única e exclusivamente, o menor dispêndio para a Administração.
- C) Quando se adota como critério de julgamento o maior retorno econômico, tem-se em mente a celebração de um contrato de eficiência, buscando-se a maior economia para a Administração Pública.
- D) O julgamento por melhor técnica considerará, exclusivamente, as propostas técnicas apresentadas pelos licitantes. Nesse caso, no edital, deverá estar definido o prêmio ou a remuneração que será atribuída ao vencedor.
- E) No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente.

Questão 38

A critério da autoridade competente, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos à Administração Pública. A esse respeito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É de responsabilidade da Administração Pública (contratante) definir qual modalidade de garantia deverá ser prestada pelo contratado.
- B) É possível garantia por meio de fiança bancária, desde que emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.
- C) O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.
- D) Em contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato.
- E) A modalidade de garantia conhecida como caução pode ser feita em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil. Esses títulos serão avaliados por seus valores econômicos conforme definição do Ministério competente.

Questão 39

Sobre o pregão e outras modalidades de licitação, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No pregão, o critério de julgamento deverá ser, obrigatoriamente, o de menor preço.
- () O pregão é aplicável às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- () O responsável pela condução do pregão é o presidente da Comissão Permanente de Licitação.
- () O leilão será obrigatoriamente conduzido por pregoeiro oficial.
- () O diálogo competitivo será presidido pelo pregoeiro e por equipe de apoio composta, no mínimo, por cinco membros.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, F, F.
- B) V, F, F, F, V.
- C) F, V, V, V, F.
- D) V, V, V, F, F.
- E) F, F, V, V, V.

Questão 40

Considere as afirmativas a seguir.

- I. Para ser considerada microempresa, a pessoa jurídica tem que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
- II. Para ser classificada e ter tratamento de empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica tem que ter, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.
- III. Os processos de abertura e de registro de microempresa e de empresa de pequeno porte deverão ter trâmite especial e simplificado, não se admitindo que sejam adotados meios eletrônicos para tais finalidades.

Com base no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

Questão 41

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de pequeno porte, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto no referido Estatuto, pessoas jurídicas de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra pessoa jurídica.
- II. A empresa de pequeno porte que, no decurso do ano-calendário de início de atividade, ultrapassar o limite proporcional de receita bruta de R\$ 360.000,00 estará excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto no Estatuto.
- III. Entende-se por Receita Bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, bem como os preços dos serviços prestados, excluídas as vendas canceladas e incluídos os descontos incondicionais concedidos.

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I, II e III são falsas.
- B) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- C) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- D) Apenas a afirmativa III é verdadeira.
- E) São verdadeiras apenas as afirmativas I e II.

Questão 42

Quanto às disposições da Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, analise as afirmativas a seguir.

- I. São isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, desde que não correspondam a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
- II. A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á na forma estabelecida pela Junta Comercial, sendo irretratável para todo o ano-calendário.
- III. O valor devido mensalmente pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte, considerando as informações prestadas no sistema eletrônico de cálculo, tem caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nele prestadas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

Questão 43

Não poderá recolher os impostos e as contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que se enquadre nas seguintes condições, EXCETO:

- A) Dedicar-se ao loteamento e à incorporação de imóveis.
- B) Ser geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica.
- C) Possuir débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade esteja suspensa.
- D) Executar operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito, exclusivamente com recursos próprios, tendo como contrapartes microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive sob a forma de empresa simples de crédito.
- E) Prestar serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, exceto quando na modalidade fluvial ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realizar-se sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores.

Questão 44

Ciente das disposições da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa que versa sobre atos de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

- A) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- B) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- C) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- D) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- E) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

Questão 45

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal.
- B) Os Municípios estão proibidos de contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mesmo se fazendo autorizar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.
- C) A União deverá prestar assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- D) O Poder Executivo Federal promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.
- E) Não serão contabilizadas na meta de resultado primário, as transferências federais aos demais entes da Federação, devidamente identificadas, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias, desde que sejam autorizadas em acréscimo aos valores inicialmente previstos pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual.

Questão 46

Sobre improbidade administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Todo o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa, nele inclusa lei que dispõe sobre sanções aplicáveis em virtude da prática de atos nela expressos, tem por finalidade tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e busca assegurar a integridade do patrimônio público e social.
- II. O exercício de função pública ou o desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com finalidade ilícita, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- III. Os particulares que celebrarem contrato de repasse, convênio, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente com a Administração Pública estarão sujeitos aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

Questão 47

A Lei Federal nº 4.320/1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal determina que, EXCETO:

- A) Para cada empenho efetuado, seja extraída uma Nota de Empenho (NE).
- B) É vedado o pagamento de despesas públicas por meio de tesouraria ou por meio de adiantamento.
- C) Poderão ser concedidos adiantamentos a servidores públicos para realização de despesa pública, desde que referidos servidores não estejam em alcance.
- D) O pagamento de despesa pública só poderá ser efetuado após sua legal e regular liquidação, obtendo-se a necessária autorização do ordenador de despesa.
- E) As dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias poderão, quando expressamente determinado na Lei de Orçamento, ser movimentadas por órgãos centrais de administração geral.

Questão 48

Em respeito às disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, e alterações posteriores, é correto afirmar que:

- A) As Dívidas Ativas de todos os entes federativos deverão ser apuradas e inscritas na Procuradoria da Fazenda Nacional.
- B) Os municípios poderão ceder, desde que gratuitamente, os direitos originados de créditos não tributários a pessoas jurídicas de direito privado.
- C) A cessão de direitos creditórios, porventura feita pela União, não poderá abranger percentuais do crédito que, por força de regras constitucionais, pertençam aos Municípios.
- D) A cessão de direitos creditórios não poderá preservar a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido e nem manter as garantias e os privilégios desse crédito.
- E) Uma vez legalmente formalizada a cessão dos direitos creditórios, não mais poderão ser efetuadas atualizações ou correções de valores e, também, não poderão ser cobrados juros ou multas.

Questão 49

Considerando as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e para o controle dos orçamentos dos Municípios e que o ano de 2024 é atípico, haja vista realização de eleições, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os entes federativos estão proibidos de realizar despesa sem prévio empenho.
- B) Em que pese todo o arcabouço jurídico a ser observado quando da realização de despesas públicas, é possível dispensar a emissão da Nota de Empenho.
- C) Regra geral, no último mês do mandato do Prefeito, é vedado aos Municípios assumir quaisquer compromissos financeiros para execução depois do término do seu mandato.
- D) Em anos de eleições municipais, é vedado aos municípios emitir Notas de Empenho (NEs), que excedam o limite dos créditos concedidos, o que é plenamente admitido em anos não eleitorais.
- E) No ano em que finda o mandato do chefe do Poder Executivo Municipal, salvo situação comprovada de calamidade pública, fica o município proibido de empenhar, no último mês do mandato, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

Questão 50

A Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e de permissão das prestações de serviços públicos, já passou por inúmeras alterações. Estar atualizado e ciente das normas vigentes deve ser uma preocupação do servidor público. Por isso, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A concessão de serviço público deverá ser formalizada por meio de contrato.
- B) As concessões e as permissões de serviços públicos estão sujeitas à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação.
- C) Entende-se por permissão de serviço público, a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- D) Para que seja possível a outorga de concessão ou de permissão de serviços públicos, o poder concedente, antes mesmo de publicar o edital de licitação, deverá publicar ato justificando a conveniência da delegação pretendida, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- E) O regime de concessão e de permissão de serviços públicos estabelecido na Lei Federal nº 8.987/1995 é de aplicação em todo o território nacional e por todos os entes federativos, não se admitindo que sejam efetuadas adequações da legislação municipal que visem atender peculiaridades locais.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. As provas terão duração de três horas e trinta minutos para todos os cargos, exceto para o cargo de Procurador Legislativo, cujas provas terão a duração de quatro horas e trinta minutos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (prova discursiva) para o cargo de Procurador Legislativo.
5. O caderno de provas é composto por cinquenta questões de múltipla escolha para todos os cargos e um parecer jurídico para o cargo de Procurador Legislativo.
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (prova discursiva), quando houver, devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (prova discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos noventa minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de dois dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.